

PROCURADOR JURÍDICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Segundo a Constituição Federal, poderá ser objeto de Lei Delegada:

- a) Legislação sobre planos plurianuais.
- b) Leis sobre a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- c) Legislação sobre direitos individuais, nacionalidade e cidadania.
- d) Legislação sobre direito econômico.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 02

“Compete à União emitir moeda. Também compete à União legislar sobre direito civil, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.” Considerando tais afirmações do texto constitucional, é CORRETO afirmar:

- a) Na primeira afirmativa, a competência é exclusiva, enquanto na segunda é privativa.
- b) As afirmações não possuem diferença, pois, competência "exclusiva" e "privativa" traduzem situações idênticas na prática, conforme entendimento doutrinário pacífico sobre a matéria.
- c) Na primeira afirmativa, a competência é privativa, portanto, não poderá ser delegada, enquanto na segunda, a competência é exclusiva e poderá ser delegada aos Estados.
- d) As expressões "exclusiva" e "privativa" traduzem situações de gênero e espécie, graças ao entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual as afirmações se completam.
- e) Ambas as afirmativas são de competência privativa da União e poderá, inclusive, ser declarada a inconstitucionalidade de lei, por vício de iniciativa e inversão da competência legislativa da União.

Questão 03

Considerando o disposto no texto constitucional e o entendimento dos tribunais sobre a competência dos municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- b) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive para fixar o funcionamento de estabelecimento comercial e bancário, conforme entendimento consolidado em Súmula Vinculante.
- c) Compete aos Municípios editar legislação própria com o objetivo de determinar, às instituições financeiras, que instalem equipamentos de segurança, tais como portas eletrônicas e câmaras.
- d) Compete aos Municípios prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- e) Compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Questão 04

A Constituição Federal contemplou em seu Título VII, no Capítulo II, o tema “Da Política Urbana”, onde estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos para a realização da função social da propriedade urbana. Nesses termos, é INCORRETO afirmar que:

PROCURADOR JURÍDICO

- a) O Município poderá legislar sobre a política de desenvolvimento urbano, sendo obrigatória a elaboração do Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- b) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor.
- c) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro ou mediante títulos da dívida pública.
- d) É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob as penas da lei, como por exemplo: desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- e) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Questão 05

Como parte do Título III da Constituição Federal – Da Organização do Estado-, o Capítulo IV trata dos municípios e do Distrito Federal, regidos, cada qual, por sua Lei Orgânica. Assim, conforme a Constituição Federal, é INCORRETA a afirmação de que:

- a) A Lei Orgânica será votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) O Distrito Federal reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal.
- c) Havendo divergência entre o disposto na Lei Orgânica e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, mister se faz a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo que conflita com o conteúdo da Lei Orgânica, em razão da hierarquia existente entre essa última e qualquer outra lei municipal.
- d) Após a aprovação da Lei Orgânica, fica o prefeito do município responsável pela sua observância, mediante a fiscalização do Poder Legislativo Municipal.
- e) Encaminhada pelo Legislativo do Município e recebida pelo Executivo, decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do prefeito importará em sanção da Lei Orgânica Municipal.

Questão 06

Quanto aos controles de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar:

- a) Os Tribunais de Justiça dos Estados, ao realizarem o controle abstrato de constitucionalidade, somente podem utilizar, como parâmetro, a Constituição do Estado.
- b) Em ação direta de inconstitucionalidade, os Tribunais de Justiça devem analisar leis ou atos normativos municipais e estaduais, em face da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica.
- c) O controle concreto de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer órgão do Poder Judiciário em qualquer grau de jurisdição, sendo que a sentença produz efeitos “inter partes”.
- d) No controle abstrato o ato normativo impugnado é apreciado “in tese”, com efeitos gerais – “erga omnes” - e vinculantes.
- e) As ações de controle abstrato não admitem desistência.

Questão 07

Nos termos da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários. Ou seja, é possível cumular:

- a) Dois cargos de professor, desde que não ultrapasse 40 horas semanais.
- b) Um cargo de professor com outro técnico ou científico, desde que não ultrapasse 60 horas semanais.

PROCURADOR JURÍDICO

- c) Um cargo de professor com outro técnico ou científico, desde que não ultrapasse 80 horas semanais.
- d) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que não haja incompatibilidade de horário.
- e) Dois cargos de professor com um de médico, desde que não haja incompatibilidade de horário.

Questão 08

Em uma concepção clássica, a constituição pode ser vista pelo aspecto sociológico, jurídico, político ou cultural. No entanto, na concepção moderna, a constituição possui outras acepções, como: força normativa da constituição; constitucionalização simbólica, constituição aberta e constituição dirigente. Dentre estas, o STF tem adotado, manifestamente e com frequência, a seguinte acepção para a Constituição da República Federativa do Brasil:

- a) Uma Constituição com força normativa capaz de modificar a realidade, obrigando as pessoas. Tanto pode a Constituição escrita sucumbir, quanto prevalecer, modificando a sociedade.
- b) Uma constitucionalização simbólica, onde a norma é mero símbolo. O legislador não a teria criado para ser concretizada.
- c) Uma Constituição aberta, para que se adapte às novas expectativas e necessidades do cidadão. Nesse caso, o titular do Poder Constituinte é a sociedade, por isso ela deve se envolver no processo hermenêutico de materialização da Constituição.
- d) Uma Constituição dirigente, oposta ao Estado Liberal. Ela tem a função de organização do plano normativo-material global, dotada de um caráter aberto, cláusulas gerais, que vinculam os poderes públicos em busca da concretude dos anseios populares.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 09

Sobre a “incompetência”, conforme o CPC, é INCORRETO afirmar que:

- a) A incompetência absoluta será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação.
- c) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- d) A incompetência relativa poderá ser declarada de ofício somente após a manifestação prévia da parte contrária.
- e) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

Questão 10

A prescrição intercorrente é aquela que se verifica no curso da demanda, quando o credor, autor ou exequente permanece inerte na prática de atos processuais, permitindo a paralisação do processo. Dessa forma, conforme lei processual, é procedente a seguinte afirmação:

- a) Na prescrição intercorrente não existe a necessidade de prévia intimação do exequente para prosseguimento do processo, sendo que o marco inicial será de um ano após a suspensão processual, e será pelo prazo de prescrição indicado no Código Civil para o direito em discussão.
- b) Na prescrição intercorrente faz-se necessária a prévia intimação do exequente para prosseguimento do processo, e será pelo prazo de prescrição indicado no Código Civil para o direito em discussão.
- c) Na prescrição intercorrente não existe a necessidade de prévia intimação do exequente para prosseguimento do processo, sendo que o marco inicial será de cinco anos após a suspensão do processo, e será pelo prazo de prescrição indicado na própria lei processual.
- d) Na prescrição intercorrente faz-se necessária a prévia intimação do exequente para prosseguimento do processo, e será pelo prazo de prescrição indicado na própria lei processual.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 11

Pela lei processual, quanto aos recursos e seus efeitos, é CORRETO afirmar que:

- a) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que a partes são intimadas da decisão, considerando-se intimadas em audiência quando nesta for proferida a decisão.
- b) A tempestividade do recurso remetido pelo correio terá como referência a data de postagem, como aferição da data de interposição.
- c) O prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias, exceto quanto aos Embargos de Divergência.
- d) O cartório emitirá certidão ao recorrente para comprovar a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso.
- e) O Juiz deve declarar em todos os recursos, os seus efeitos, suspensivo ou devolutivo, exceto nos Embargos de Divergência, onde o efeito suspensivo não está contemplado na legislação.

Questão 12

Quanto aos limites da jurisdição nacional prevista na lei processual, é CORRETO afirmar:

- a) Mesmo quanto arguida pelo réu, compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional.
- b) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira mesmo quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- c) A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário em tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.
- d) Conforme disposição em acordos internacionais, a ação proposta em tribunal estrangeiro não precisará de homologação pelas autoridades judiciárias no Brasil, válida somente no caso dos respectivos países signatários.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 13

Oferecidas as contrarrazões e logo depois de remetidos os autos ao Tribunal de Justiça do Paraná, obteve-se ciência inequívoca do óbito do procurador do apelante. Diante do infortúnio, com a suspensão do processo, foi determinada a intimação pessoal da parte, a fim de regularizar sua representação processual no prazo de 10 (dez) dias. Em que pese devidamente intimada, a parte permaneceu inerte, inclusive, além do prazo concedido em despacho.

Não restando dúvidas, portanto, que o recorrente deixou de acostar o devido instrumento procuratório, regularizando a sua representação processual, mesmo sendo devidamente intimado, nesse caso:

- a) O relator não conhecerá do recurso.
- b) O relator julgará o recurso pela sua total improcedência.
- c) O relator fará a abertura de novo prazo, considerando que verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 dias úteis para que seja sanado o vício.
- d) O relator fará a abertura de novo prazo, considerando que verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 dias corridos para que seja sanado o vício.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 14

Conforme o CPC, sobre a tutela provisória, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A tutela provisória será fundada, exclusivamente, em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) A tutela provisória poderá ser concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- c) A tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- d) O juiz dependerá da manifestação das partes para determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 15

Decorrente do princípio da insignificância, no Direito Penal, deve ocorrer certa relevância ou perigo de lesão no caso concreto. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar, que:

- a) No STJ é majoritário o entendimento de que é possível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública.
- b) O princípio da insignificância vem sendo aplicado em larga escala pelos tribunais superiores, especialmente em relação aos crimes contra a Administração Pública.
- c) O STJ jamais decidiu pela a aplicação do princípio da insignificância a um acusado de crime contra a Administração Pública.
- d) O STF vem restringindo a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública, em nome do princípio da constituição aberta, onde o titular do poder constituinte é a sociedade.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 16

Leia a fundamentação abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**, sobre a tipificação do crime material contra a ordem tributária:

"De modo que, sendo tributo elemento normativo do tipo penal, este só se configura quando se configure a existência de tributo devido, ou, noutras palavras, a existência de obrigação jurídico-tributária exigível. No ordenamento jurídico brasileiro, a definição desse elemento normativo do tipo não depende de juízo penal, porque, dispõe o Código Tributário, é competência privativa da autoridade administrativa defini-lo. Ora - e aqui me parece o cerne da argumentação do eminente Relator -, não tenho nenhuma dúvida de que só se caracteriza a existência de obrigação jurídico-tributária exigível, quando se dê, conforme diz Sua Excelência, a chamada preclusão administrativa, ou, nos termos no Código Tributário, quando sobrevenha cunho definitivo ao lançamento. (...) E isso significa e demonstra, a mim me parece que de maneira irrespondível, que o lançamento tem natureza predominantemente constitutiva da obrigação exigível: sem o lançamento, não se tem obrigação tributária exigível. (...) Retomando o raciocínio, o tipo penal só estará plenamente integrado e perfeito à data em que surge, no mundo jurídico, tributo devido, ou obrigação tributária exigível. Antes disso, não está configurado o tipo penal, e, não o estando, evidentemente não se pode instaurar por conta dele, à falta de justa causa, nenhuma ação penal." (HC 81611, Voto do Ministro Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgamento em 10.12.2003, DJ de 13.5.2005)

- a) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, como omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias, antes do lançamento definitivo do tributo.
- b) Para a tipificação do crime material contra a ordem tributária, de fraude a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal, faz-se necessária o lançamento definitivo do tributo.

PROCURADOR JURÍDICO

- c) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável, é um crime material contra a ordem tributária que somente após o lançamento definitivo do tributo estará tipificado.
- d) Somente após o lançamento definitivo do tributo é que se tipifica o crime material contra a ordem tributária de elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
- e) O crime contra a ordem tributária independe de juízo penal, razão pela qual, negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação, também independe do lançamento definitivo do tributo para a tipificação do crime.

Questão 17

No que se refere ao Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, é INCORRETO afirmar que:

- a) O Decreto é constitucional, e deve ser aplicado na ausência de norma municipal que regule o processo de cassação de mandato do prefeito.
- b) Segundo o STF, salvaguardado pelas Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1967, o Decreto é válido.
- c) A apreciação pelo Poder Judiciário, dos crimes nele previstos, independe de pronunciamento da Câmara Legislativa.
- d) Compete ao Tribunal de Justiça dos Estados, segundo o Decreto, nos crimes de responsabilidade, julgar os prefeitos municipais, ressalvada a competência da Justiça Federal.
- e) Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário é crime de responsabilidade do prefeito municipal, nos termos do Decreto.

Questão 18

A Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, ao tratar das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública, elenca atos de improbidade administrativa, que importam em enriquecimentos ilícito. Dessa forma, assinale a alternativa que não corresponde a atos de improbidade, nos termos do enunciado.

- a) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- b) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- c) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- d) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- e) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Questão 19

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT-, é INCORRETO afirmar que:

- a) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

PROCURADOR JURÍDICO

- b) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- c) Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
- d) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.
- e) Considera-se noturno o trabalho, urbano ou rural, executado entre as 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte.

Questão 20

“O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou jurisprudência no sentido de que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação entre o Poder Público e servidores a ele vinculados por contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A decisão foi tomada pelo Plenário Virtual da Corte na análise do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 906491, que teve repercussão geral reconhecida.”

Portanto, considerando que o instituto da repercussão geral prevê a análise prévia de existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico. Ainda, considerando que os termos do Recurso Extraordinário, em destaque, da relatoria do ministro Teori Zavascki referem-se à matéria de competência da Justiça do Trabalho, e que foi inserido no sistema eletrônico da repercussão geral em 11 de setembro de 2015, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Com a vigência do novo Código de Processo Civil, a partir do ano de 2016, a referida decisão perdeu o requisito especial para a admissão do Recurso Extraordinário, que não prevê a aplicação do instituto da repercussão geral na Justiça do Trabalho.
- b) O instituto da repercussão geral, mesmo não previsto expressamente na Constituição, foi confirmado pelo novo Código de Processo Civil, e pode ser aplicado na Justiça do Trabalho.
- c) O instituto da repercussão geral, introduzido em nosso sistema pela Reforma do antigo Código de Processo Civil e por profundas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), consiste em requisito especial para a admissão do Recurso Extraordinário e do Recurso de Revista.
- d) Existe na CLT a previsão de um instituto do Direito Processual Trabalhista, denominado transcendência, onde o TST também deve promover um exame prévio no recurso de revista, analisando a presença de requisitos de relevância de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 21

Referindo-se aos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os bens dominicais são bens públicos pertencentes ao acervo patrimonial das pessoas jurídicas de direito público, e pertencentes também, se a lei não dispuser contrariamente, às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado. Estes bens públicos dominicais caracterizam-se como objeto de direito pessoal, ou de direito real, de cada qual daquelas entidades, e, por causa dessa circunstância, embutem em si a sujeição de bens patrimonialmente indisponíveis.
- b) A redação do artigo 20, incisos e parágrafos, da Constituição Federal, permite concluir que a Plataforma Continental não faz parte dos bens públicos pertencentes à União.
- c) Os bens públicos de uso comum do povo e de uso especial são dotados da característica da imprescritibilidade, condição essa que não se estende aos bens públicos dominicais, já que estes, cumpridas as exigências legais, são suscetíveis de aquisição da propriedade mediante usucapião.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo são bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Nessa condição o poder público da pessoa jurídica ao qual pertencem poderá, querendo, regulamentar o uso gratuito ou oneroso desses bens, desde que cumpridas as determinações administrativas.

PROCURADOR JURÍDICO

- e) Terras devolutas são bens que pertencem ao domínio público do estado da Federação em cujo território se encontrem, e se constituem pelas terras que, banhadas pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até 33 metros terra a dentro, a partir da linha da preamar média de 1831.

Questão 22

Os princípios administrativos consagrados no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, aliados aos doutrinariamente considerados implícitos, ampliaram a incidência da legalidade sobre os atos administrativos, reduzindo a margem da liberdade da Administração Pública notadamente à análise da oportunidade e da conveniência da exação de seus atos. Entretanto, alguns atos administrativos prescindem de expressa motivação. Entre estes, encontram-se os atos administrativos que:

- a) Exonerem servidores ocupantes de cargos em comissão.
- b) Suspendam outros atos administrativos.
- c) Dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
- d) Decorram de reexame de ofício.
- e) Convalidem outros atos administrativos.

Questão 23

A respeito da ingerência estatal sobre a propriedade privada, através do instituto da desapropriação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O valor do bem expropriado para fins de indenização, limita-se ao valor do principal e dos acessórios, que serão computados em parcela única, nas hipóteses de desapropriação para fins de utilidade pública.
- b) A desapropriação do bem particular não tem prazo para ser efetivada pelo poder público expropriante.
- c) O cálculo da indenização do bem motivo da desapropriação para fins de utilidade pública, comporta, entre outros valores, o da terra nua e de das benfeitorias úteis, necessárias e volutuárias existentes sobre o imóvel até a data do decreto declaratório.
- d) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público não podem ser sujeito ativo de desapropriação, pois esta prerrogativa é exclusiva do ente federativo.
- e) A Constituição Federal veda expressamente que a desapropriação abranja zonas de valorização extraordinária em consequência do ato expropriatório, visando impedir que o poder público expropriante as destine à revenda em consequência dessa valorização.

Questão 24

Em relação à Administração Pública e a prestação de serviços considerados públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As sociedades de economia mista são entidades exclusivamente de direito privado e constituídas com a única finalidade de prestar serviços cuja natureza seja de direito público, portanto tais sociedades nascem impedidas de explorar qualquer atividade econômica.
- b) A concessão de serviço público pode prever a delegação do serviço a um consórcio de empresas particulares, portanto pessoas jurídicas de direito privado. Nessa hipótese, a Administração Pública se obriga a contratar com referido consórcio através de contrato de concessão com prazo indeterminado.
- c) As autarquias podem ser criadas pela Administração Pública Direta com a finalidade de oferecer determinados serviços, considerados essencialmente públicos, porém, a autarquia, nesse caso, jamais os prestará de maneira autônoma. Tais serviços integram os oferecidos pela Administração Direta, que inclusive os gere administrativa e financeiramente.
- d) Os serviços públicos são prestados sempre de maneira gratuita, mesmo que oferecidos através de pessoas jurídicas de direito privado vencedoras de processo licitatório ao qual se deu, pela Administração Pública, a mais ampla publicidade.

PROCURADOR JURÍDICO

- e) Um dos princípios atinentes à Administração Pública é o da continuidade do serviço público, o que justifica o ato de império do poder concedente face à concessionária da retomada coercitiva do serviço público no curso da concessão, quando, entre outros requisitos, sobrevier motivo de interesse público.

Questão 25

Sobre o Poder de Polícia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A autoexecutividade é inerente a todo ato administrativo praticado sob amparo do Poder de Polícia e, por força disso, os atos administrativos praticados sob tal atributo, são imediatamente executáveis pela Administração Pública.
- b) No ordenamento jurídico pátrio, o artigo 78 do Código Tributário Nacional expõe expressamente o conceito de Poder de Polícia.
- c) Nem todos os entes federados possuem, sequer em tese, atribuição para o exercício do Poder de Polícia, mesmo que realizado dentro dos limites das suas respectivas competências.
- d) O Poder de Polícia é exercido através da Técnica de Ordenação. A concessão de alvará de funcionamento é exemplo do exercício do Poder de Polícia através da Técnica de Ordenação Sancionatória.
- e) Os três atributos do Poder de Polícia são a hierarquia, a delegabilidade e a vinculação.

Questão 26

No que se refere aos Contratos Administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Entre as cláusulas exorbitantes legalmente previstas dos contratos administrativos não se encontram as referentes à aplicação de sanções pela Administração Pública contratante nem as referentes à rescisão unilateral do contrato.
- b) Os contratos constitutivos de direitos reais sobre imóveis são lavrados e arquivados cronologicamente na repartição pública interessada.
- c) A duração dos contratos administrativos de prestação de serviços de forma contínua pode exceder a vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- d) Na formalização dos contratos administrativos, não são cláusulas necessárias, entre outras, aquelas que estabeleçam o crédito sobre o qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- e) A regra de que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração Pública não comporta qualquer exceção.

Questão 27

São direitos dos trabalhadores da iniciativa privada estendidos pela Constituição Federal aos servidores públicos, à exceção do direito referente:

- a) Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- b) À remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno.
- c) Ao repouso semanal remunerado.
- d) À redução de riscos inerentes ao trabalho.
- e) Ao décimo terceiro salário.

Questão 28

A respeito de licitação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A alteração do preço do contrato administrativo, face ao reequilíbrio econômico e financeiro da contratada, ocorre de forma unilateral pela Administração Pública contratante.

PROCURADOR JURÍDICO

- b) Pelo Sistema de Registro de Preços, a Administração Pública registra em Ata de Registro de Preços as empresas interessadas em oferecer bens e serviços por preços que manterão inalterados pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.
- c) Exceto casos especificados na legislação apropriada, serviços, compras e alienações somente podem ser contratados pela Administração Pública através de licitação, cujo procedimento, se fundamenta especialmente no texto da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- d) Através de licitação, a Constituição Federal assegura a isonomia, a manutenção das condições da proposta, a proporcionalidade das exigências habilitatórias e o pagamento das obrigações contraídas.
- e) O processo licitatório observa, entre outros, os Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo, da Homologação, da Adjudicação e da Ampla Defesa.

Questão 29

Com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O proprietário pode ser privado da coisa sobre a qual exerce o domínio, somente no caso de desapropriação por utilidade pública.
- b) O direito de propriedade do solo se estende a quaisquer recursos minerais encontrados no subsolo correspondente.
- c) Até que se produza prova em sentido contrário, a propriedade presume-se precária.
- d) A propriedade do solo inclui a do espaço aéreo e do subsolo em altura e profundidade úteis ao exercício daquele instituto.
- e) O Código Civil não restringe o direito de agir do proprietário do solo, pelo qual impede que terceiros realizem atividades no espaço aéreo ou no subsolo correspondentes à sua propriedade.

Questão 30

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por força do ordenamento jurídico pátrio, domicílio e residência têm o mesmo significado.
- b) As associações são constituídas por pessoas organizadas em prol de fins econômicos comuns.
- c) É lícito às partes, quando mutuamente acordadas, a exclusão da possibilidade de compensação de dívidas líquidas e vencidas.
- d) A alteração do estatuto da fundação não prescinde da deliberação de ao menos, um terço dos competentes para geri-la e representa-la.
- e) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia à data de sua inscrição junto à Receita Federal do Brasil.

Questão 31

Em relação às pessoas naturais, é CORRETO afirmar que:

- a) O magistrado poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, entre outros, no caso de falência e no estado de insolvência, mesmo face à ausência de má administração.
- b) O Código Civil exaure a tratativa sobre a capacidade dos indígenas, sem necessidade de que legislação especial regule o tema.
- c) A sentença que declara a ausência e a morte presumida deve ser averbada em registro público.
- d) O contrato definitivo deve respeitar os requisitos formais dispostos no contrato preliminar.
- e) O Código Civil recepciona o silêncio como uma das formas de aceitação tácita do contrato.

Questão 32

Para o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a) A obrigação tributária surgida exclusivamente com a ocorrência do fato gerador, objetiva tão somente o pagamento do tributo a que se refere.

PROCURADOR JURÍDICO

- b) As características formais do tributo adotadas pela lei, são irrelevantes à determinação de sua natureza jurídica específica.
- c) A definição dos requisitos mínimos para a caracterização de determinada área como zona urbana é o único critério delimitador da competência municipal para a instituição do Imposto Territorial Rural.
- d) O fato que gera a obrigação tributária decorrente do Imposto sobre a Renda não depende, entre outras circunstâncias, da variação patrimonial positiva do contribuinte em um determinado período.
- e) Os fatos geradores da taxa decorrem exclusivamente do exercício regular do Poder de Polícia e da efetiva utilização do serviço público específico e divisível que foi colocado à disposição do contribuinte.

Questão 33

Qualquer situação impositiva da prática ou da abstenção de ato, que, a critério da legislação aplicável, não se configure como obrigação tributária principal refere-se:

- a) Ao ato definido legalmente como lançamento.
- b) Exclusivamente às penalidades em pecúnia.
- c) À suspensão do crédito tributário.
- d) Ao fato gerador da obrigação acessória.
- e) Ao benefício de ordem das obrigações tributárias solidárias.

Questão 34

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Limitações de Competência Tributária também podem ser denominadas Princípios Jurídicos de Tributação.
- b) A Constituição Federal descreve em rol exaustivo, as isenções tributárias que podem ser efetuadas pelo poder tributante, enquanto que as imunidades vêm previstas na legislação infraconstitucional.
- c) Os sujeitos ativos aos quais se atribui competência para criar tributos de conformidade com suas respectivas relações obrigacionais tributárias, vêm previstos tanto constitucionalmente, quanto em Leis Ordinárias.
- d) A competência tributária à instituição de Empréstimos Compulsórios é especialmente concedida à União, e excepcionalmente concedida aos Estados e ao Distrito Federal.
- e) Compete exclusivamente à União a instituição e cobrança de Contribuição de Melhoria.

Questão 35

Referindo-se ao serviço de Iluminação Pública, é CORRETO afirmar que:

- a) Conforme consta da Constituição Federal, a União tem competência exclusiva para instituir taxa em contrapartida à prestação do serviço de Iluminação Pública.
- b) Observado o artigo 150 incisos I e III da Constituição Federal, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir a Contribuição relativa à prestação do serviço de Iluminação Pública, facultando-se sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- c) O Código Tributário Nacional, desde 1985, regula a contraprestação a cargo do sujeito passivo da obrigação tributária, referente ao consumo do serviço de Iluminação Pública.
- d) A Constituição Federal definiu que os Estados da Federação são legitimamente responsáveis pela instituição da Contribuição de Iluminação Pública e, conseqüentemente pelo fornecimento do serviço de iluminação pública no território compreendido pelos seus respectivos municípios.
- e) Para os Estados da Federação que, por uma decisão regional, não criaram nem criarão a Contribuição de Iluminação Pública, podem optar pela arrecadação do tributo correspondente, juntamente com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Questão 36

O Código Tributário de Campo Mourão contempla, entre outras disposições, as referentes aos tributos de competência municipal, contribuintes e responsáveis, alíquotas, bases de cálculo e penalidades. Sob essa premissa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sobre os imóveis rurais destinados à indústria ou ao comércio, incide o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), desde que neles não se pratiquem atividades de exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, animal, mineral ou agroindustrial.
- b) Referindo-se ao IPTU, sobre os imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados pesa a alíquota progressiva, iniciada em 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, e acrescida em 1% (um por cento) ao ano, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre referido valor.
- c) Sendo *propter rem*, a obrigação tributária decorrente do IPTU respeita ao imóvel, portanto o lançamento deste tributo incide sobre o nome do contribuinte que conste do cadastro municipal do respectivo imóvel.
- d) O Código Tributário Municipal apresenta em seu Anexo II os serviços sobre os quais incidem o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- e) Caso o contribuinte exerça sua opção de pagamento do IPTU parceladamente, as parcelas respectivas não podem exceder o número máximo de 12 (doze), numa periodicidade não menor do que 30 (trinta) dias.

Questão 37

Referindo-se à Lei Orgânica do Município de Campo Mourão, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Emenda à Lei Orgânica nº 23/2011 deu nova redação ao artigo 5º da Lei Orgânica do Município de Campo Mourão, estipulando taxativamente que os símbolos adotados pelo Município como expressão de sua cultura e história são a Bandeira e o Hino Municipal.
- b) O ato administrativo de cassação de licença de funcionamento de estabelecimento que atue em prejuízo da saúde, higiene, sossego, bons costumes ou à segurança pública, decorre do Poder de Polícia Administrativa Municipal.
- c) A proteção a documentos, obras e demais bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como a fiscalização sobre os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos localizados nos limites do Município de Campo Mourão é de competência exclusiva do referido Município, sem ingerência da União ou do Estado do Paraná.
- d) Conforme consta da Emenda à Lei Orgânica nº 8/2001, a partir de 2002 tornou-se possível alterar a denominação de logradouros públicos municipais, que, a critério da Administração Pública podem designar-se pelo nome, inclusive, de pessoas vivas em reconhecimento pelos relevantes serviços por estas prestados ao Município.
- e) O Prefeito do Município de Campo Mourão não pode ausentar-se do território municipal por mais de 10 (dez) dias consecutivos sem prévia licença da Câmara Municipal.

Questão 38

A Lei Municipal nº 1.085 de 30 de dezembro de 1997, dispõe sobre o Regime Único dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e fundacional do Município de Campo Mourão. Seu texto, modificado no transcurso do tempo, permanece em vigor, identificado como o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão. Uma das alternativas abaixo conflita com as disposições do referido Estatuto. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A unidade básica da estrutura organizacional do quadro da Administração Pública Municipal é o cargo público para provimento em caráter efetivo ou em comissão. Os cargos de provimento efetivo são organizados em carreiras. Diz-se Vencimento à retribuição em pecúnia pelo exercício de cargo público; Diz-se Remuneração ao vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens legalmente estabelecidas; Diz-se Provento à retribuição pecuniária paga ao servidor aposentado ou em disponibilidade.

PROCURADOR JURÍDICO

- b) A investidura em cargo público ocorre com a posse. O legalmente investido denomina-se servidor. Entre outras formas, o provimento de cargo público municipal ocorre por nomeação em caráter efetivo quanto aos cargos isolados e de carreira e por nomeação em comissão quanto aos cargos de confiança. Aqueles não prescindem de prévia habilitação em concurso público e do estágio probatório de triênio. Estes, são de livre nomeação e exoneração.
- c) O servidor em estágio probatório fica impedido de, sob qualquer pretexto, exercer cargo de provimento em comissão ou função de direção ou chefia no órgão ou entidade em que estiver lotado. Também, em nenhuma hipótese, o servidor em estágio probatório será cedido a outro órgão ou entidade, mesmo que seja somente para ocupar cargos de provimento em comissão ou direção.
- d) Do provimento decorre a posse para o exercício do cargo, e, no tríduo, a contar da data dela, o servidor entra no exercício do cargo, sob pena de exoneração. O servidor ao cargo isolado ou de carreira, submete-se então ao estágio probatório, que visa avaliá-lo em sua adaptabilidade, aptidão e capacidade para o desempenho do cargo. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado, ou, sendo estável, será reconduzido ao cargo e simbologia anteriormente ocupado.
- e) No capítulo reservado às responsabilidades, o Estatuto define que o servidor é responsável civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. O Estatuto abrange ainda as proibições impostas ao servidor, entre elas a vedação ao recebimento de presente de qualquer tipo ou valor em razão de suas atribuições.

Questão 39

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão instrumentaliza a participação popular em assuntos de interesse municipal. Contextualizando alguns destes instrumentos, analise as proposições abaixo e escolha a alternativa CORRETA:

- I - A participação popular ocorre pela manifestação de parte do eleitorado mourãoense quando consultado diretamente via Plebiscito, sobre fato específico, decisão política, programa ou obra e mesmo para manifestar-se sobre criação e supressão de distritos;
- II - A participação popular ocorre pela manifestação de parte do eleitorado mourãoense quando consultado diretamente via Referendo, sobre a totalidade ou sobre parte de uma determinada Lei Municipal.
- III - A participação popular ocorre quando parte do eleitorado mourãoense apresenta à Câmara Municipal, um determinado Projeto de Lei.
- IV - A iniciativa popular ocorre quando parte do eleitorado mourãoense se propõe a emendar a Lei Orgânica do Município.
- V - A realização de audiência pública pelas Comissões instituídas na Câmara Municipal é obrigatória quando a discussão versar sobre proposição de iniciativa popular.

A alternativa correta é:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições estão corretas.

Questão 40

O artigo 31 da Constituição Federal atribui ao Poder Legislativo Municipal a fiscalização do Município, exercida mediante controle externo, também motivo do artigo 227 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que descreve corretamente o exercício da fiscalização municipal pela Câmara de Vereadores:

- a) Observadas as normas legais, cabe à Câmara Municipal analisar a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas quando fiscaliza a Administração Pública Municipal direta, indireta, autárquica e fundacional nos aspectos contábeis, financeiros e orçamentários, operacionais e patrimoniais.

PROCURADOR JURÍDICO

- b) No exercício do controle fiscalizatório sobre o Município, cabe à Câmara Municipal obter esclarecimentos de qualquer entidade pública que gere ou administre dinheiro, bens e valores públicos, porém, este poder de requisição de informações somente pode ser exercido mediante prévio requerimento oficial, diretamente dirigido à autoridade máxima do Poder Executivo local, o Prefeito Municipal.
- c) O controle externo fiscalizatório da Câmara Municipal sobre as contas públicas do Município é exercido exclusivamente pelos seus membros, os Vereadores, como uma de suas prerrogativas político-administrativas. Uma das consequências do exercício dessa prerrogativa, é a vedação constitucional à participação de outras instituições públicas ou privadas nesse controle.
- d) O controle externo da Câmara Municipal sobre as contas públicas do Município, é exercício fiscalizatório que se realiza sob amparo do instrumento constitucional do sigilo administrativo, portanto, este controle não é obrigado a obedecer os princípios da publicidade e da transparência que comumente norteiam os atos administrativos.
- e) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná e o Município de Campo Mourão encontram-se legalmente impedidos de auxiliar, apoiar, assistir ou por qualquer outra forma participar do exercício fiscalizatório da Câmara Municipal sobre as contas públicas municipais, eis que tal controle externo é missão institucional do Poder Legislativo Municipal e somente por este pode ser exercido.